

HABEAS CORPUS Nº 569.666 - PR (2020/0076944-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CLEVERTON BARBOSA PINTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DESTA CORTE SE MANIFESTAR SOBRE O PONTO, SOB PENA DA INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CLEVERTON BARBOSA PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do Agravo em Execução n.º 0001173-26.2014.8.16.0009.

Consta que o Juízo da execução indeferiu o pedido formulado pela Defesa, determinando que o Paciente permanecesse no cumprimento da medida de segurança de internação.

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução na Corte de origem, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 13):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO – MEDIDA DE SEGURANÇA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO – PEDIDO DEFENSIVO SOBRE A NULIDADE DO LAUDO PERICIAL – DESCABIMENTO – LAUDO ELABORADO CONFORME AS DIRETRIZES LEGAIS ATINENTES AO TEMA – PRINCÍPIO DA PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF – PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO E ENCAMINHAMENTO À TRATAMENTO AMBULATORIAL – LAUDO PSIQUIÁTRICO QUE É DESFAVORÁVEL – INDICAÇÃO DA PERSISTÊNCIA DA PERICULOSIDADE DO AGENTE – INAPTIDÃO PARA O CONVÍVIO SOCIAL – RECURSO DESPROVIDO."

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que o laudo médico apreciado pelo Juízo da execução, para aferir o grau de periculosidade do Paciente (com o objetivo de cessar sua internação), deveria ser substituído por um multidisciplinar, que

Superior Tribunal de Justiça

"seria produzido com mais informações sobre o estado de saúde mental do paciente, leia-se laudo psicológico e social, além do laudo pedagógico, da formulação de quesitos pela defesa e pelo parquet, mantendo o laudo psiquiátrico juntado no autos de execução" (fls. 05-06).

Requer, em medida liminar e no mérito, que se determine ao Juízo da execução a realização de novo laudo psicológico nos moldes determinados pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU-PR).

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A pretensão formulada não pode ser conhecida, pois a documentação trazida aos autos é incompleta e não permite a integral compreensão da controvérsia.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013. Ocorre que, no caso, a despeito de na inicial narrar-se que os laudos confeccionados são inconclusivos, **eles não foram juntados aos autos**.

Dessa forma, a Parte Impetrante não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

No mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas desta Corte: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019, v.g.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora